



COOPERAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÃO ENTRE OS ATORES SOCIAIS EM UM ASSENTAMENTO RURAL

Heloiza Cristina Holgado Silva

Mestre em Agronegócios pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil.

E-mail: heloiza@uems.br

Erlaine Binotto

Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Professora da Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil.

E-mail: erlainebinotto@ufgd.edu.br

Olivier François Vilpoux

Doutor em Administração de Empresas pelo *Institut National Polytechniques de Lorraine*, França. Professor da Universidade Católica Dom Bosco, Brasil.

E-mail: vilpoux@ucdb.br

Resumo

No contexto atual, cada vez mais o desempenho dos agentes econômicos vincula-se a intensidade de informações e seu compartilhamento é impactado pelas interações sociais e relações interpessoais. O objetivo deste trabalho consiste em identificar os elementos presentes no compartilhamento de informação e as relações com as posturas cooperativas dos atores sociais no Assentamento Amparo, no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. A pesquisa é um estudo de caso descritivo, adota abordagem quanti-qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com visitas aos pesquisados nos lotes. Para análise dos dados utilizou-se o programa SPSS. Os resultados mostram que existem barreiras ao compartilhamento de informação e às práticas cooperativas, tais como: a falta de um espírito de coletivismo fortalecido no assentamento, assentados decepcionados com iniciativas anteriores de cooperação e tendências ao individualismo. A confiança, o ato de cooperar e a reciprocidade também foram abordados. Identificou-se baixo índice de cooperação e a realização de atividades cooperativas executadas com pouca frequência. Logo, o compartilhamento de informação e as posturas cooperativas representam uma expressividade restrita. Observou-se que a confiança exerce relevante influência sobre as motivações que levam os entrevistados a compartilhar informação.

Palavras-chave: Compartilhamento de informação. Confiança. Cooperação. Reciprocidade.

COOPERATION AND SHARING OF INFORMATION BETWEEN SOCIAL ACTORS OF A RURAL SETTLEMENT

Abstract

At the present moment, the performance of economic agents is increasingly linked with the intensity of information and its sharing, which is influenced by social interactions and interpersonal relationships. The aim of this study was to identify the existent elements of sharing information and its possible relation with the cooperative attitudes of social actors in rural settlements. The case study was developed at the rural settlement Amparo, located in the city of Dourados, Mato Grosso do Sul, Brazil. This is a quanti-qualitative study that has exploratory and descriptive features. The data collection was

conducted through semi-structured interviews, and with visits to the farm of each family. In order to analyze the data collected was used the software SPSS. The results indicated that barriers exist for the sharing of information and cooperative practices; such as insufficient spirit of collectivism in the rural settlement, settlers disappointed with previous initiatives of cooperation and individualist trends. Furthermore, other elements were addressed like trust, cooperation, and reciprocity. Has been identified a low level of collaboration and a low frequency of cooperative activities. In the study, the sharing of information and cooperative attitudes are not frequent. Also, it was observed that trust significantly influences the motivations for sharing information among the settlers.

Keywords: *Sharing of information. Trust. Cooperation. Reciprocity.*

1 INTRODUÇÃO

Uma nova economia surgiu no final do século XX e foi descrita como informacional, global e em rede (CASTELLS, 1999). O caráter informacional, segundo o autor, é em decorrência da produtividade e da competitividade dos agentes na economia estarem vinculados à forma como são geradas, processadas e aplicadas às informações com base em conhecimentos. Nesse contexto, Lastres e Albagli (1999, p. 8) afirmam que a partir de uma “série de inovações sociais, institucionais, tecnológicas, organizacionais, econômicas e políticas”, vivenciadas nessa nova economia, a informação e o conhecimento passam a assumir um novo e estratégico papel. Adicionam que, no desempenho desse papel, observam-se “novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, cooperação e competição entre os agentes” (LASTRES; ALBAGLI, 1999, p. 8). Concluem que esse cenário tem como origem uma maior intensidade da utilização de informação e conhecimento nos processos econômicos.

Assim, observa-se a importância da informação e seu compartilhamento no desempenho das atividades produtivas. No entanto, para que haja o compartilhamento e a difusão da informação, bem como de conhecimentos, faz-se necessário que os indivíduos estejam conectados, e que existam canais ou mecanismos de comunicação capazes de favorecer os diversos fluxos de conhecimento e o aprendizado interativo (ALBAGLI; MACIEL, 2004). A coordenação de informações e recursos é algo necessário e a partir desta deriva-se a cooperação entre os agentes na economia (PIORE, 2001).

Nesse contexto, Ferreira (2011) acrescenta que, na esfera social, a troca de recursos informacionais é efetivada por meio das relações constituídas entre os agentes sociais e esse comportamento se manifesta de forma complexa.

Para explicar esse aspecto, Higgins (2005) considera que as relações sociais estabelecem um patrimônio “não visível” e que são altamente eficazes, tanto no aspecto individual quanto coletivo. Assim, quando as relações sociais têm como base a reciprocidade e a expectativa de que ambos irão cumprir com o estabelecido, os fatores que irão motivar uma ação coletiva serão a confiança e a cooperação (HIGGINS, 2005).

Considera-se que a cooperação pode criar um ambiente de aprendizado, onde a troca e o compartilhamento de informação podem ser percebidos. Em paralelo, a disseminação de informação pode ser reforçada com as relações de cooperação e confiança que fortalecem as interações. Baseado nessas premissas, este estudo pretende identificar os elementos presentes no compartilhamento de informação e as relações com as posturas cooperativas dos atores sociais no Assentamento Amparo, no município de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Para tanto esse artigo está organizado da seguinte forma: após a seção introdutória é abordada a temática da cooperação, seguida pela confiança e pelo compartilhamento de informação. A terceira seção é dedicada à metodologia e a quarta aos resultados e discussão.

Na última seção são apresentadas as considerações finais.

2 COOPERAÇÃO

Procópio (2006) descreve que a cooperação é um fenômeno complexo e que possui muitas causas. Nesse sentido, ele destaca que nem a presença de um objetivo específico predeterminado, nem o compartilhado pelas pessoas que cooperam e nem mesmo o próprio conhecimento por parte dessas pessoas em relação à necessidade de cooperar são obrigatórios para a existência da cooperação. Nessa perspectiva, o autor afirma que a cooperação humana pode manifestar-se com base em uma concordância consciente, ou derivada da utilização da força, bem como da manipulação e da compra da colaboração de forma espontânea ou informal.

Em contraponto, Jesus e Tiriba (2009, p. 80) definem que cooperação é o ato de “cooperar ou operar simultaneamente, colaborar, trabalhar em conjunto. Está associado à ideia de ajuda mútua, de se contribuir para o bem-estar de alguém ou de uma coletividade”, partilhando, de maneira espontânea ou programada, o esforço na elaboração da vida social.

A cooperação também pode ser entendida como um processo social que tem por base a interação humana e o estabelecimento de relações associativas, onde grupos de pessoas interagem com a finalidade de encontrar soluções para problemas comuns, bem como se reúnem por meio de interesses comuns, que permitem efetivar objetivos do grupo (FRANTZ, 2001).

Ainda existem outros aspectos relacionados à cooperação, tais como a reciprocidade. O ato de dar, receber e retribuir formam um processo de fortalecimento da confiança, da ajuda mútua e da solidariedade (TESCHE; MACHADO, 2012). Monnier e Thiry (1997) discorrem que o ser humano age sob a influência de suas emoções e valores, que a solidariedade e a democracia econômica são a base dos movimentos cooperativos, mutualistas e da ação voluntária.

Em relação às motivações que induzem à cooperação Thesek (2006) afirma que a prática cooperativa advém da identificação de uma necessidade, que por sua vez precisa de uma integração coletiva para ser satisfeita. Enquanto Barnard (1979) verifica que a cooperação surge da necessidade individual em superar as limitações, tanto pessoal quanto físicas do ambiente em que se está inserido. Por sua vez, Jesus e Tiriba (2009) concluem que os motivos que conduzem à cooperação tanto podem ser decorrentes de motivações individuais quanto coletivas.

No contexto de assentamentos rurais, Lacerda e Malagodi (2007) verificam práticas simples de cooperação em assentamentos rurais, tais como troca de dias de trabalho, mutirão, compadrio, entre outras, como forma de se alcançar a cooperação agrícola mais complexa como, por exemplo, a instalação de pequenas agroindústrias. Entretanto, Sousa (2002) afirma que fomentar a cooperação agrícola em assentamentos é um desafio em decorrência de percepções individuais e familiares em trabalhar no campo.

Conforme Scopinho (2007) nota-se que há um retorno às formas mais tradicionais de organizar o trabalho, que estão fundamentadas na cooperação espontânea, tendo em vista a percepção da relevância de se cooperar, sendo esse um fator essencial à sobrevivência dos assentados.

Acrescenta-se que para deslocar-se de uma situação de não cooperação para uma de cooperação se faz necessária a confiança (ROTHSTEIN, 2000). Está desempenha um papel importante no compartilhamento de informação (VON KROGH; ICHIJO; NONAK, 2001).

3 CONFIANÇA

Para que a confiança possa surgir são necessárias a interdependência e a incerteza (MCEVILY et al., 2006). A interdependência se refere ao fato de que o interesse ou objetivo de uma parte não pode ser satisfeita sem o investimento de confiança na outra parte. A incerteza relaciona-se a impossibilidade de se obter total certeza sobre as intenções e interesses de outra pessoa. Por conseguinte, confiança é definida como a “escolha de fazer-se vulnerável sob as condições de interdependência e incerteza” (MCEVILY et al., 2006, p. 54).

A confiança possui caráter basicamente cognitivo, sendo que “Confiar ou desconfiar dos outros é ter alguma pressuposição de conhecimento sobre eles” (HARDIN, 1998, p. 11). Desta forma, o autor relaciona a confiança com a estrutura de incentivos e a suposição de as partes envolvidas atenderão as expectativas em determinada troca, sendo que um ponto comum de interesse pode incentivar a confiança. Desta forma, não há confiança nos indivíduos de uma forma geral e sim uma confiança somente em trocas específicas (ROTHSTEIN, 2000; HARDIN, 1998).

Assim, verifica-se que a confiança envolve risco (MAYER; DAVIS; SCHOORMAN, 1995; ROUSSEAU et al., 1998). Pode ser definida como a decisão de se confiar em uma pessoa, grupo ou organização, sob uma condição de risco (CURRALL; INKPEN, 2006). Giddens (1991) descreve que o risco considerado como “aceitável” varia conforme o contexto no qual se insere, entretanto este geralmente desempenha um papel central na manutenção da confiança.

Nota-se também, de acordo com Andrade, Fischer e Stefano (2011), que a confiança tem seu princípio no compartilhamento de valores que habilita as pessoas a trabalharem em conjunto, possibilitando a produção de quantidades significativas de conhecimento e inovação.

A confiança é apresentada por Nooteboom (2006) com base em nove paradoxos. O primeiro versa que a confiança vai além do interesse próprio, mas possui limites, pois a confiança é capaz de sobreviver às pressões da concorrência nos mercados, ao contrário do que afirma Williamson (1996). Contudo, para Nooteboom (2006) ela pode sobreviver, mas com limites, os quais se relacionam com as pressões pela sobrevivência.

O paradoxo dois envolve um estado de espírito e um tipo de ação. O autor esclarece que a confiança é um estado de espírito, não uma ação, tendo em vista que pode-se decidir confiar nas pessoas, mesmo quando não se tenha confiança nelas. O próximo paradoxo relaciona a confiança com a competência ou intenções, que por sua vez guiam a confiança. O quarto paradoxo descreve que a confiança se baseia em informações, bem como, na falta delas (NOOTEBOOM, 2006).

O Paradoxo cinco relata que a confiança é tanto racional quanto emocional, pois ambas ocorrem e relacionam-se. A racional tem como base as informações sobre uma determinada pessoa (Paradoxo quatro). A partir dessas informações inferi-se a confiabilidade do indivíduo, mas essas informações não são completas e não se tem certeza sobre a sua confiabilidade. A confiança também pode ser regida por sentimentos e emoções, tais como, ingenuidade, medo, excesso de confiança, impulsividade e outras (NOOTEBOOM, 2006).

No paradoxo seis, o autor expõe que confiança é uma expectativa e não uma probabilidade, pois a imprevisibilidade torna a validade de modelos de confiança, como probabilidade (calculável), algo duvidoso. O paradoxo sete descreve que a confiança é necessária, mas pode ter efeitos adversos e que a confiança não pressupõe a ausência de conflitos. O próximo paradoxo cita que a confiança pode ser quebrada e aprofundada por conflitos. Por fim, o último paradoxo descreve que a confiança é tanto a base como a consequência das relações (NOOTEBOOM, 2006).

Acrescenta-se que “a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança” (PUTNAM, 2006, p. 180). O autor ressalta que não se trata da

confiança manifestada de uma forma cega, mas relacionada com as possibilidades de que a outra pessoa venha a agir de forma correta.

Ademais, a confiança está relacionada diretamente ao ato de compartilhar, tendo em vista que compartilhar, conforme Cohen (1998), diz respeito a receber algo em troca e, para tanto, a confiança faz-se necessária.

4 A INFORMAÇÃO E SEU COMPARTILHAMENTO

Segundo Dixon (2000), a palavra compartilhar possui dois significados: doar uma parte, que é considerado um ato de generosidade, e ter em comum um sistema de crenças compartilhado. No entanto, a autora ressalta que esses significados se fundem.

Davenport (1998) relata que é “um ato voluntário”, cuja finalidade é dispor as informações a outras pessoas. Para tanto, isso implica “vontade” por parte do emissor, no sentimento de querer compartilhar. Cohen (1998) ressalta que no ato de compartilhar informação encontra-se, mesmo que tacitamente nos indivíduos, o sentimento de reciprocidade, ou seja, compartilham se receberem algo em contrapartida.

A reciprocidade no ato de compartilhar também é abordada por Dyer e Nobeoka (2000) que a apresentam de duas formas: direta, quando dois indivíduos exercem concomitantemente os papéis de emissores e receptores da informação; e indireta, na qual é apresentada a figura de um terceiro indivíduo que contribui sem a expectativa de ganhar algo em troca. Entretanto, é ressaltado pelos autores que na medida em que o terceiro indivíduo não tiver a certeza de que ganhará uma compensação direta pela troca da informação compartilhada, este terá a propensão a zelar pelas informações que detém para um futuro compartilhamento.

Outros fatores também estão relacionados ao compartilhamento de informação, dentre eles o sentimento de pertencimento do indivíduo a uma coletividade ou grupo, que o faz compartilhar com os demais (ALCARÁ et al., 2009).

Em relação às motivações para compartilhar, estas contemplam fatores internos e externos. Os fatores internos incluem a percepção individual do conhecimento como poder (advindo da posse do conhecimento) e a reciprocidade que resulta do compartilhamento. Já os fatores externos incluem o relacionamento entre o fornecedor (transmissor) e o receptor e as recompensas para compartilhar. Os relacionamentos com o receptor incluem a confiança como um dos elementos críticos (ALCARÁ et al., 2009).

Amorim e Tomaél (2011, p. 79) observam um aspecto primordial para que os indivíduos estejam mais dispostos a compartilhar as informações e o conhecimento, “a formação de uma cultura informacional por meio da interação social”. Para tanto, os autores citam a relevância da confiança no processo de comunicação interpessoal.

Davenport e Prusak (1998, p. 21) destacam os aspectos que são relevantes para que a transferência e o decorrente compartilhamento de informação obtenham êxito:

- linguagem comum;
- contato direto que estabelece convívio e conseqüentemente elimina a ausência de confiança mútua;
- cultura, interesses e experiências em comum;
- status do possuidor do conhecimento, pois “as pessoas julgam a informação e o conhecimento que obtêm com base em quem os transmite”.

Conforme Ipe (2003), as oportunidades para compartilhar podem ser de natureza informal, evidenciada em relacionamentos interpessoais. Também se observa que essas

relações interpessoais e as interações sociais podem ser facilitadoras do compartilhamento, assim como a cooperação interpessoal (CHO; LI; SU, 2007).

Salienta-se que diferentes percepções acerca das barreiras organizacionais ao compartilhamento da informação e do conhecimento são resultantes das responsabilidades atribuídas a cargos, ou seja, são influenciadas pelo conjunto de atividades inerentes a ele (SOUSA; AMARAL, 2012). Já em relação às barreiras pessoais os autores notam que existe uma convergência entre as percepções, assim não sendo relevante a diferenciação entre os cargos de diferentes níveis organizacionais.

Em síntese, as motivações para o compartilhamento de informação, segundo Alves e Barbosa (2010, p. 121) podem ser consideradas “como o produto entre as características do indivíduo e da situação – e todas as variáveis – que os envolvem”. Dessa forma, verifica-se que são vários os fatores que influenciam o compartilhamento de informação e a falta deles pode se configurar como uma barreira ao efetivo ato de compartilhar.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa é um estudo de caso descritivo com abordagem quanti-qualitativa, resultante de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados. O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista semiestruturada, aplicada individualmente com os assentados, por meio de visitas aos lotes. Para análise dos dados utilizou-se o software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

As respostas aos questionamentos foram gravadas quando expressamente autorizado. Preservou-se o anonimato dos respondentes, atribuindo-se uma codificação aleatória estabelecida pela pesquisadora. As falas dos respondentes foram transcritas *ipsis litteris*, não sendo realizadas correções ortográficas.

O objeto empírico desse estudo é o Assentamento Amparo, assentamento federal em terras desapropriadas, situado na cidade de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul, criado em 22 de dezembro de 1997, com 67 famílias assentadas em lotes com tamanho médio de 15 hectares (INCRA, 2012).

Foram visitados os 67 lotes do assentamento. No entanto, foi possível entrevistar residentes de 19 lotes (28,3%), sendo que um se reservou o direito a não participar da pesquisa. Nos outros 47 lotes não foi possível aplicar a entrevista, em virtude de não haver moradores na residência ou somente crianças, ou empregados (caseiros) no momento da visita.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira seção desse capítulo apresenta o perfil dos assentados entrevistados e de suas famílias. Na sequência são apresentadas as fontes de informação utilizadas e na terceira seção são abordadas as necessidades e o compartilhamento de informações entre assentados. Por fim descreve-se as relações de cooperação e de confiança encontradas na pesquisa.

6.1 Perfil dos entrevistados e membros familiares

Foram entrevistados 19 moradores do Assentamento Amparo, sendo 9 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. A idade dos entrevistados variou de 22 a 73 anos. Na Tabela 1 observa-se que a maior parte dos entrevistados encontra-se na faixa de idade entre 51 e 60 anos (36,8%) e com o segundo maior percentual (31,6%) acima de 60 anos.

Tabela 1 - Idade da população residente no Assentamento Amparo

Faixa etária	Chefes ou responsáveis pelo domicílio		Membros familiares		Total	
	Nº de pessoas	Percentual (%)	Nº de pessoas	Percentual (%)	Nº de pessoas	Percentual (%)
0 a 10 anos	-	-	13	31,0	13	21,3
11 a 20 anos	-	-	8	19,0	8	13,1
21 a 30 anos	3	15,8	5	11,9	8	13,1
31 a 40 anos	1	5,3	2	4,8	3	4,9
41 a 50 anos	2	10,5	8	19,0	10	16,4
51 a 60 anos	7	36,8	4	9,5	11	18,0
Mais de 60 anos	6	31,6	2	4,8	8	13,1
Totais	19	100	42	100	61	100

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A média de idade dos demais membros familiares, que totalizam um grupo de 42 pessoas, é de 26,1 anos, conforme faixas apresentadas na Tabela 1, sendo que o morador mais novo tem três meses e o mais velho 67 anos.

Em termos de população geral, percebe-se um índice elevado de pessoas jovens, sendo as faixas de 0 a 10 anos (21,31%) e de 11 a 20 anos (13,1%). Em contraponto, verifica-se que 18% dos moradores do assentamento possuem idade que varia de 51 a 60 anos e 13,1% acima de 60 anos.

A comparação da idade média dos moradores do assentamento Amparo com os dados obtidos por Vilpoux e Oliveira (2011) em 19 assentamentos do Mato Grosso do Sul, indica um perfil mais jovem no assentamento pesquisado. Na pesquisa realizada entre 2008 e 2009, Vilpoux e Oliveira (2011) identificaram metade dos assentamentos com idade média dos moradores acima de 60 anos.

A Tabela 2 apresenta os níveis de escolaridade dos entrevistados e dos membros familiares. Vale destacar que se excluíram os membros familiares em idade não escolar, totalizando oito crianças e um adulto com 30 anos pelo qual não foi possível verificar a escolaridade.

Tabela 2 - Níveis de escolaridade da população residente no Assentamento Amparo

Escolaridade	Chefes ou responsáveis pelo domicílio		Membros familiares		Total	
	Nº de pessoas	Percentual (%)	Nº de pessoas	Percentual (%)	Nº de pessoas	Percentual (%)
Não alfabetizado	6	31,6	1	3,0	7	13,5
Alfabetizado	-	-	1	3,0	1	1,9
Educação fundamental incompleta (1º a 5º)	5	26,3	15	45,5	20	38,5
Educação fundamental completa (1º a 5º)	3	15,8	2	6,1	5	9,6
Educação fundamental incompleta (6º a 9º)	3	15,8	6	18,2	9	17,3
Educação fundamental completa (6º a 9º)	-	-	3	9,1	3	5,8
Médio incompleto	-	-	3	9,1	3	5,8
Médio completo	2	10,5	1	3,0	3	5,8
Superior incompleto	-	-	1	3,0	1	1,9
Superior completo	-	-	-	-	-	-
Totais	19	100	33	100	52	100

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Observa-se que a maioria dos entrevistados é não alfabetizada (31,6%) e os que possuem educação fundamental incompleta (1º a 5º) são 26,3%. Esse baixo índice é reforçado pelos membros familiares (45,5%). Salienta-se que entre os entrevistados não alfabetizados, alguns relataram que irão iniciar seus estudos e se sentem felizes com a expectativa de poderem futuramente ler e escrever. Nota-se também que, entre os membros familiares residentes no assentamento, existe um estudante universitário.

Comparando-se as Tabela 1 e 2, verifica-se que os entrevistados com faixa etária de 41 a 50 e os acima de 60 são os que representam o maior índice de não alfabetizados, 33,3% cada faixa. A educação fundamental incompleta (1º a 5º) tem sua representatividade maior na faixa acima de 60 anos, com 60% dos entrevistados. Os melhores níveis de escolaridade estão representados pelas faixas etárias de 21 a 30 anos e de 51 a 60 anos, respectivamente com 50% de concluintes do nível médio completo.

6.2 Fontes de Informação

Os assentados foram questionados sobre quais são as principais fontes de informação acessadas para a aquisição de informações técnicas de produção e comercialização, bem como referentes a políticas públicas para a agricultura familiar. Os dados estão representados na Tabela 3.

Tabela 3 - Principais fontes de informação dos entrevistados

Fontes de informação	Políticas públicas principal fonte (%)	Informações técnicas principal fonte (%)
Rádio	36,8	21,1
Televisão	26,3	36,8
Parentes	5,3	-
Vizinhos	10,5	5,3
Associação do Assentamento	15,8	10,5
Agraer	-	5,3
Outra	5,3	21,1
Total	100	100

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Os maiores índices de respostas para as políticas públicas foram rádio (36,8%), seguido por televisão (26,3%) e Associação do Assentamento (15,8%). Já para informações técnicas, o maior percentual foi para televisão (36,8%), enquanto que rádio e “outra” fonte representam 21,1% cada uma.

Cabe esclarecer que, de acordo com as respostas, o termo “outra” fonte de informação técnica se refere a: cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a projetos que a Universidade Federal da Grande Dourados realiza no Assentamento como, por exemplo, plantio de árvores nativas e implantação de apiários. Acrescenta-se que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi igualmente citada, tendo em vista que o assentado que a citou relata que procura informações pessoalmente nessa entidade.

Adicionam-se também informações técnicas advindas de uma cooperativa e uma empresa do ramo lácteo, para as quais os assentados entregam o leite em resfriadores instalados no assentamento, além de outra cooperativa que atua no ramo de grãos. Vale destacar ainda que os entrevistados citaram que a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Economia Solidária, da cidade de Dourados, criada em 2013, tem realizado reuniões no assentamento para verificação de demandas e consequente respostas a elas.

Tratando-se de meios de comunicação, observou-se que 84,2% dos entrevistados não possuem acesso à internet, e 15,8% têm acesso somente via celular.

O acesso à informação atual comparado a dois anos atrás também foi abordado. Um total de 57,9% dos assentados declarou que o acesso melhorou, para 26,3% permaneceu mais ou menos o mesmo, enquanto 10,5% afirmaram que piorou. Salienta-se que para 5,3% a questão não se aplica, pelo fato de residirem a menos de dois anos no assentamento.

Os assentados que citaram que o acesso a informação melhorou atribuíram essa melhora a reuniões que estão sendo realizadas com mais frequência ou foram retomadas pela Associação do Assentamento e reforçadas com a criação da Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Assim, essa articulação entre as duas entidades tem proporcionado benefícios à comunidade. Adicionam-se as informações repassadas por uma cooperativa de leite, com uma cartilha de informações de produção, e a presença mais atuante da Universidade Federal da Grande Dourados com projetos desenvolvidos no assentamento.

Por sua vez, os respondentes que descrevem que o acesso à informação permaneceu mais ou menos o mesmo, vinculam a resposta ao fato de que obtêm informações da mesma forma que antes, com o vizinho, por meio de programas de televisão ou com folhetos informativos da Embrapa.

Por fim, alguns declaram que o acesso à informação piorou quando comparado a dois anos atrás, pois relatam que a atuação da Agência Estadual de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) e da Associação do Assentamento deveriam ser fortalecidas.

Os assentados pesquisados reclamam da falta de assistência técnica adequada por parte da agência de extensão rural do estado, tendo em vista a quantidade de visitas realizadas atualmente por essa entidade no assentamento. Os mesmos também têm conhecimento de que se tivessem um maior apoio dessa agência, ela poderia contribuir significativamente para a melhoria do desempenho de suas atividades produtivas.

Nesse sentido, verifica-se que problemas produtivos poderiam ser solucionados com capacitação técnica, oferta de tecnologias e assistência técnica, que representam elementos de grande importância para geração de renda futura (FIRETTI et al., 2012).

Cabe ressaltar que todas as pessoas “têm o direito ao acesso a informações do próprio interesse particular, coletivo ou geral, já que o desenvolvimento passa pela informação” (HOLANDA, OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 48). Marteleto e Silva (2004, p. 1) corroboram ao afirmar que o “acesso à informação é um elemento-chave para o desenvolvimento econômico e social de comunidades e grupos sociais”.

6.3 Necessidade e compartilhamento de informação

Questionados a respeito de quais seriam as maiores necessidades de informação e para o desenvolvimento de que atividades, os entrevistados afirmaram que suas necessidades relacionam-se, sobretudo, a informações sobre a produção de frutas e a formação de pomar. Destacam-se ainda as informações sobre manejo do gado, principalmente reprodução e tratamento de doenças como frieira, tal como se observa neste relato: *é ter uma informação de uma inseminação, que a gente mexe com gado, como tratar uma frieira, que a gente não tem muita experiência* (A4). Adicionam-se também as necessidades de informações sobre a formação de hortas e financiamentos (tipos existentes).

No tocante a apoio que o pesquisado busca para obter informações relacionadas às suas atividades produtivas, bem como de financiamentos e afins, foram obtidas as respostas conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Apoio que o pesquisado busca para obter informação

Quem procura	Percentual (%)
Parentes	5,3
Vizinhos	42,1
Agraer	10,5
Ninguém, tento resolver sozinho	15,8
Outros	21,1
Não soube responder	5,3
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Nota-se que a maioria (42,1%) procura os vizinhos. Isso fica evidente neste relato: *informação pega às vezes com um vizinho, tem vizinho aqui que a gente corre, ó me ajuda e tal e sempre a gente tem ajuda de vizinho né (A4)*. Essas relações estabelecidas entre as pessoas residentes em assentamentos, tais como vizinhos e parentes, se configuram em reais estratégias geradas no espaço rural (BERGAMASCO; BLANC-PAMARD; CONCHOL, 1997). Essas estratégias podem auxiliar os assentados na busca por alternativas que beneficiam a execução de suas atividades produtivas e contemplem aspectos sociais.

Enquanto 21,1% dos entrevistados procuram outras fontes, sendo que alguns relatam que quando procuram informações normalmente estas são mais relacionadas a financiamentos, e as procuram diretamente no banco. Adiciona-se que os entrevistados descrevem que procuram informações técnicas com outro assentado, pertencente a outro assentamento. Nessa relação já é percebido que existe certo nível de confiança e de amizade. Acrescenta-se ainda a Associação do Assentamento e a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Economia Solidária, da cidade de Dourados, na resposta outros.

Relativo aos 15,8% que afirmam não procurar ninguém, que tentam resolver sozinho, principalmente no caso de deficiências de informações em relação às atividades produtivas, identificou-se que utilizam da larga experiência nas atividades do meio rural e de seus próprios conhecimentos como subsídio a mitigar essa carência.

A disposição em cooperar com os demais assentados, seja por meio de compartilhamento/troca de informações ou em atividades, foi indagada e apresenta-se na Tabela 5, coluna disposição.

Tabela 5 - Disposição dos entrevistados a compartilhar informação e compartilhamento efetivamente realizado nos últimos 12 meses

Nível de disponibilidade	Disposição (%)	Efetivamente realizado (%)
100%	52,6	15,8
75%	31,6	10,5
50%	5,3	21,1
25%	10,5	31,6
0%	-	15,8
Não se aplica	-	5,3
Total	100	100

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Obteve-se que 52,6% afirmam que estão 100% dispostos a cooperar, 31,6% atribuem uma frequência de 75% a essa disposição, 5,3% consideram que estão 50% inclinados a cooperar, enquanto que 10,5% atribuem o menor percentual de disposição, que é de 25%. Assim, verifica-se o alto índice de disposição a cooperar por parte dos entrevistados.

A frequência de compartilhamento/troca de informação efetivamente realizado nos

últimos 12 meses também foi observada e apresenta-se na Tabela 6. Dos entrevistados 15,8% relatam que sempre compartilham e, em contraponto, o mesmo percentual declara que nunca compartilhou informações no período pesquisado.

A partir dos dados apresentados na Tabela 6, observa-se que o efetivo compartilhamento ocorre em maior percentual em somente 25% das vezes, o que indica uma baixa frequência, embora a disposição dos entrevistados a compartilhar seja elevada. De acordo com esse relato, outros fatores podem estar relacionados e explicar tal situação: *Tem gente que nem sabe o documento que usa na vida, daí fica difícil conversar e informar uma pessoa assim. Daí você procura uma pessoa dessas pra colocar ela em um caminho e ela acha que você tá errada, você não pode falar* (A6).

Esse relato reflete a importância de alguns aspectos abordados por Davenport e Prusak (1998) ao afirmarem que a linguagem, os interesses e as experiências em comum, são essenciais para que o compartilhamento de informação obtenha êxito.

Um fator relevante que poderia ter sido analisado é a qualidade da informação compartilhada. No entanto, este estudo não abordou tal temática, em virtude da dificuldade em se conceituar a qualidade, conforme Paim, Nehmy e Guimarães (1996, p. 112):

[...] a qualidade da informação constitui-se num conceito problemático. [...] não há consenso na literatura sobre definições teóricas e operacionais da qualidade da informação. Há uma alusão recorrente entre autores interessados no tema de que as definições de qualidade de informação são ambíguas, vagas ou subjetivas.

Corroborando com o autor, Oleto (2006, p. 61) destaca que “a percepção da qualidade não é nítida por parte do usuário da informação”.

Além disso, a forma de mensuração de atributos que substanciam a qualidade não é definida de maneira clara, o que compromete o emprego da qualidade da informação em pesquisas (AROUCK, 2001). Essas dificuldades em conceituar, mensurar e atribuir características à qualidade da informação é descrita por Casanova (1990), Schwuchow (1990), Oleto (2006) e De Sordi (2008).

Em síntese, nos resultados empíricos, verifica-se que os assentados procuram de várias formas atender às suas necessidades de informações, e nesse aspecto, a interação com os vizinhos é o elemento mais relevante. No entanto, tratando-se de compartilhamento, a sua efetivação ocorre em poucas ocasiões, apesar do alto índice de disposição a compartilhar.

O compartilhamento de informação é expresso mais significativamente em um ambiente de cooperação e reciprocidade (CHIARA; ALCARÁ; TOMAÉL, 2010). Assim, o próximo tópico trata desses elementos e procurou identificar de que forma se manifestam no objeto de estudo.

6.4 Cooperação

Solicitou-se que todos os entrevistados definissem, de acordo com suas percepções, o que significa cooperação. Evidenciaram-se muitos relatos sucintos de que cooperação é a ajuda mútua e a união. Nesse sentido, descrevem-se alguns destes relatos: *Cooperação eu acho que é uma união entre todos, é um ajudando o outro né, na medida do possível é claro, porque aqui a gente o tempo exige muito, muita atividade. Eu acho assim que cooperar é 100% do retorno do sucesso eu acho* (A4); *Pra mim é as pessoas trabalharem unidos, lutando por alguma coisa* (A7).

Assim, a reciprocidade também se faz presente na definição de cooperação, nestes relatos: *Um ajuda o outro, um ajuda aqui no serviço, vai lá ajuda no outro (tipo uma troca).*

Ajuda o outro, unido né, união vai pra frente, assim funciona (A9); Se eu preciso te dá uma ajuda eu vou te dar uma ajuda, e se eu preciso então a mesma coisa (A6). Essas percepções corroboram com Wolf (2003) ao descrever que a reciprocidade é materializada mediante a troca, seja de bens materiais, de ajuda a outras pessoas ou em outras formas que demonstrem amizade emocional, manifesta em situações sociais em que há uma relevante integração em comunidades.

Adiciona-se que a definição de cooperação foi igualmente relacionada à necessidade, conforme este relato: *Necessidade de alguma coisa e alguém coopera com o outro. Então só tem cooperação com a necessidade de alguém, ou minha ou do próximo ou quem se aproxima do outro, essa é a cooperação pra mim (A13).*

Os encontros entre assentados também estão presentes na definição de cooperação, quando o entrevistado descreve que durante almoços eles trocam experiências, conforme este relato: *Cooperar é a união entre todos... idéias... assim toda a semana até almoça junto conversar e ter diálogo, é uma coisa meio divagar aqui. Nós põe em prática tudo que o movimento aqui do lugar, se tá dando certo pra um (A3).*

Os entrevistados foram questionados sobre as atividades conjuntas realizadas nos últimos 12 meses no assentamento. Vale destacar que não foi considerada a comercialização por meio de cooperativas. As atividades conjuntas relacionam-se diretamente com a união de esforços dos próprios assentados entre si, lembrando que o assentamento não possui cooperativa própria.

De acordo com a Tabela 6, a maioria dos entrevistados não desenvolve nenhum tipo de atividade conjunta, mas estas são desenvolvidas por uma parcela menor de assentados.

Tabela 6 - Ocorrência do desenvolvimento de atividades conjuntas nos últimos 12 meses

Percentual de ocorrência	Produção agropecuária (%)	Comercialização (%)	Compra de insumo (%)	Compra de equipamento (%)
100%	10,5	15,8	15,8	-
75%	5,3	-	5,3	5,3
50%	5,3	-	-	-
25%	-	-	10,5	-
0%	78,9	84,2	68,4	94,7
Total	100	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Evidencia-se que a produção é realizada sempre em conjunto por 10,5% dos respondentes, assim como a comercialização por 15,8% e a compra de insumos por 15,8%. No entanto, um entrevistado relatou que se utiliza da mão-de-obra de meeiro. Nesse caso, a parceria estabelecida é de caráter comercial, com a divisão dos ganhos advindos da atividade produtiva com o dono da terra. Salienta-se que os meiros são moradores do próprio assentamento.

A compra de equipamentos em conjunto é realizada por 5,3%. Não foram indicadas pelos assentados outras atividades desenvolvidas em conjunto com os demais moradores do assentamento.

Verifica-se o baixo índice de cooperação em atividades agrícolas, o que corrobora com Sousa (2002) ao afirmar que esse é um dos grandes desafios no contexto dos assentamentos rurais.

Conforme os entrevistados, a cooperação pode ser percebida no assentamento quando da execução de projetos originados de entidades ou órgãos externos, como plantio de árvores ou implantação de horta comunitária. Adiciona-se na época do plantio, conforme este

relato: *Principalmente nos plantios, que a gente vai plantar, precisa de alguma coisa, então essa cooperação nós tem sim...Se procura, quando um procura o outro, informação de serviço a gente acaba fazendo (A13).*

Foi relatada a ocorrência, há anos atrás, de algumas iniciativas de produção conjunta no assentamento, tais como horta comunitária e produção de frango. Entretanto, o insucesso dessas iniciativas foi atribuído, principalmente, aos problemas de comercialização, sobretudo em relação às hortaliças. Além disso, citou-se que durante determinadas atividades de manutenção da horta a ajuda de algumas pessoas foi condicionada a pagamento monetário.

Ademais, a cooperação pode ser percebida quando alguém com uma necessidade procura outra e pede ajuda, de acordo com estes relatos: *Eu preciso eu falo pra ele, ele me ajuda na hora. Eu vou e peço, quem dói tem que falar que ta doendo (A14); Na necessidade. Daí quando eu preciso eu me comunico com eles, ou se eles precisam eles conversam comigo, no que eu posso ajudar eu to pronto a ajudar (A16).*

Pode-se perceber também que a cooperação é vinculada a ganho financeiro ou a algum retorno posterior (reciprocidade), conforme este relato:

É que nem outro dia eu precisava plantar uma rama de mandioca, eu precisei ir em Dourados, quando eu cheguei já tava plantado, mesmo pagando a pessoa foi lá e plantou, não precisei ficar olhando [...] Qualquer coisa a pessoa tem que ganhar, porque tempo tem que valer dinheiro, qualquer tanto a pessoa cobra, ninguém faz nada de graça pros outros, tem retorno que for hoje ou amanhã, mas tem que ter algum retorno (A10).

No entanto, alguns entrevistados enfatizam a dificuldade em se cooperar no assentamento, conforme estes relatos: *Aqui ninguém faz isso...Cada um pra si (A1); Aqui é mais cada um por si (A12).* Destacam-se outras dificuldades, tendo em vista que, para o entrevistado, cooperar é trabalhar unido:

Mas aqui é difícil, difícil trabalhar unido. Às vezes você quer, mas outra pessoa não quer. Aqui o cara até quer ajudar a fazer, a gente tinha um grupo de inseminação, levaram embora os botijão, umas pessoas pagam e outras não, daí fica difícil você trabalhar assim... Agora querem entrar de novo, mas eu falei que não, que a própria pessoa que quer entrar de novo pra fazer esses grupos pra inseminação é o que ...tá endividado, com o nome sujo (A7).

O histórico individual de cooperação anterior ao assentamento foi observado por meio de indagação que procurava identificar um perfil cooperativo. Dessa forma, antes de morar no assentamento, 33,3% já haviam trabalhado em grupo, ou em associação ou cooperativa, enquanto que 66,7% não. Esse trabalho caracterizou-se como troca de dias entre vizinhos, além de trabalho conjunto com outras pessoas com troca de equipamentos, em projetos de economia solidária e pastorais da Igreja Católica. Em todas essas atividades a experiência foi descrita como variando de boa a ótima, com oportunidades de ampliar conhecimentos e interagir com os demais. Ainda destaca-se que três assentados possuem experiência em outras associações de pequenos produtores.

A falta de união foi relatada por alguns entrevistados no comparecimento às reuniões promovidas pela Associação do Assentamento, conforme este relato: *Pouca participação nas reunião que tem no assentamento, não tem união (A6).* E também em relação às condições físicas da sede da Associação, conforme este relato: *falta de união, a casa da associação não tem nem água pra lavar as mãos, nem banheiro pra usar, um abandono total. Isso é uma falta de união de todos, porque isso é uma coisa que pertence a todos do assentamento (A6).*

A união durante o período de acampamento e a adoção de um perfil não cooperativo após o recebimento do lote é evidenciada neste relato: *Tinha união no acampamento, quando tava no acampamento. Tinha acordo de ajudar o outro quando recebe o lote, mas na hora pega o lote esquece isso* (A6). Assim, consta-se que as aspirações pessoais marcadas pelo individualismo, na posse da terra ou na tentativa de romper com situações de dependência anterior, podem vir a prejudicar a cooperação (TERRA, 2009; WANDERLEY, 1996).

A intensidade do relacionamento entre as pessoas impacta as ações de compartilhamento (SPEKMAN; KAMAUFF JÚNIOR; MYHR, 1998). Assim, quanto mais colaborativas (cooperativas) forem as relações, maior será a tendência de ocorrer mais ações de compartilhamento de informação.

Em resumo, conforme os resultados empíricos, nota-se o baixo índice de cooperação em atividades agrícolas e nas demais ações cooperativas que também são executadas com pouca frequência. No entanto, salienta-se que iniciativas anteriores de atividades conjuntas que não obtiveram êxito podem estar influenciando as ações presentes.

6.5 Confiança

A confiança também foi um dos elementos abordados na pesquisa, pois Li e Lin (2006) descrevem que o compartilhamento de informação é impactado positivamente pela presença da confiança entre os pares. Assim, solicitou-se que todos os entrevistados definissem o que era confiança na percepção de cada um. Verificou-se, sobretudo, a definição de confiança como o fato de acreditar na pessoa, expressa de formas distintas, conforme estes relatos: *Confiança é você acreditar que a pessoa fala a verdade...* (A6); *É eu acreditar na sua palavra e você na minha* (A10); *É firmeza, passa aquele voto de firmeza, que você tem e você vai confiar naquilo lá. Firmeza é confiança* (A13). Destaca-se o relato segundo o qual *a confiança nasce da necessidade* (A2).

Ainda outra definição de confiança merece ser citada:

Primeiramente é o respeito né, confiança é você se respeita, e a confiança é você poder contar com a outra pessoa né. A palavra confiança envolve muita coisa, eu acho que é o respeito, é você pode contar um com o outro, por exemplo, a pessoa conta com você e você conta com a outra pessoa né, a base eu acho que é isso (A4).

Indagou-se aos entrevistados quais os motivos que levaram ao desenvolvimento da relação de confiança com determinada pessoa, excetuando-se parentes. Alguns entrevistados descreveram sucintamente os motivos, dentre eles, os pautados no caráter, na honestidade, na sinceridade e na simplicidade da pessoa, corroborando com Andrade, Fischer e Stefano (2011) quando afirmam que a confiança tem seu princípio no compartilhamento de valores. Outros relatos indicam os demais aspectos: *É uma pessoa boa, que sempre ajuda os vizinhos, tá disposta, toda vida ela vai lá e ajuda* (A9).

Outro fator que exerce influência nas relações de confiança é visualizado em outros relatos, tais como, *Aqui a gente confia, mas igual eu te falei, nesses uns que a gente conhece a muito tempo. Esses novatos aí, que é andorinha, a gente não bota muita fé não* (A3); *Tô aprendendo a confiar, no começo não confia em ninguém* (A8). Assim, identifica-se a influência da convivência no desenvolvimento da confiança.

Salienta-se que alguns assentados constatarem a existência de uma divisão no assentamento, evidenciada entre os “originais” que residem nos lotes desde a implantação do assentamento e os assentados que passaram a residir nos lotes provavelmente após a desistência de outro morador. Esse fato pode exercer influência sobre os elementos

abordados nesta pesquisa.

Questionados em relação à confiança, se esta tem melhorado nos últimos cinco anos, o percentual de 57,8% dos assentados declarou que a confiança melhorou, para 15,8% permaneceu mais ou menos a mesma, e um percentual idêntico afirmou que ela piorou. Salienta-se que para 5,3% a questão não se aplica, pelo fato de residir a menos de cinco anos no assentamento, não sendo possível, assim a aplicação da referida pergunta. Ressalta-se que 5,3% não souberam responder.

Os entrevistados que citaram que a confiança entre as pessoas do assentamento melhorou atribuíram essa melhora à convivência, tendo em vista que com o passar do tempo é possível conhecer as pessoas ou vizinhos e, com isso, podem-se criar laços de amizade, sendo a durabilidade da relação fator determinante. Salienta-se que a confiança é um processo demorado, conforme este relato: *Aos pouquinhos vai melhorando (A6)*. Outro relato descreve que: *As não confiáveis foram embora e a convivência melhorou (A3)*. Assim, a melhora da confiança é conferida à saída de assentados que não eram considerados confiáveis. Muitos atribuem à rotatividade uma visão até certo ponto positiva. As reuniões da Associação do Assentamento também foram citadas como elemento que contribui no processo de desenvolvimento da confiança entre os moradores, embora essas reuniões ainda sejam poucas, conforme relatado.

Por sua vez, os respondentes que afirmam que a confiança entre as pessoas do assentamento permaneceu mais ou menos a mesma, vinculam a resposta também à rotatividade no assentamento, conforme este relato: *Com a troca de vizinhos, não se conhece mais as pessoas, não sabe a origem nem a conduta, demora tempo para se confiar (A4)*. Nessa perspectiva o processo de desenvolvimento da confiança ganha um caráter mais demorado do que na visão anterior. No entanto, percebe-se que esse processo está se desenvolvendo. Outro entrevistado mantém certa desconfiança, que não se alterou pelo convívio com os demais assentados, de acordo com este relato: *Você pensa que conhece mais não conhece (A7)*.

Por fim, alguns declaram que a confiança no assentamento piorou, em virtude de alguns moradores terem se mudado e outras pessoas terem passado a residir no local. Nota-se novamente a presença da rotatividade, agora vista como um fenômeno negativo. Assim, a troca de assentados prejudicou a confiança, pois inicia-se novamente o processo de conhecer a pessoa e de posteriormente confiar nela. Dessa maneira, destaca-se este relato: *Conhecia pessoas desde o acampamento, mas a mudança delas piorou a confiança (A5)*.

Dessa forma, constata-se que as relações de confiança são baseadas em valores, tais como a honestidade. Que a confiança, até certo ponto, é restrita a poucas pessoas ou grupos de pessoas, assim como a reciprocidade e a cooperação. Verificou-se, nesse sentido, que a convivência exerce grande influência sobre a confiança.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura mostra a potencialidade que a proximidade social pode trazer, no entanto, este estudo identificou que tal aproximação é pouco explorada, embora ela possa ser capaz de intensificar a comunicação entre os atores envolvidos, fortalecendo o compartilhamento de informação e as formas de cooperação. Desta forma, estimula o desenvolvimento da comunidade, já que a informação quando transformada pelas ações dos indivíduos pode produzir benefícios sociais e econômicos.

Os resultados empíricos demonstram que existem várias barreiras que prejudicam o assentamento como um todo como, por exemplo, o sentimento de separação entre alguns assentados que são considerados os “originais”, que residem no assentamento desde a sua implantação, e os que vieram depois, possivelmente após a desistência de outro assentado em residir no lote. A ausência de um espírito de comunidade fragmenta iniciativas em direção a

uma consolidação de anseios e maiores ganhos para toda a coletividade. Acrescenta-se ainda que esse sentimento de separação pode gerar exclusão (ou sua percepção) por parte de alguns, bem como prejudicar o desenvolvimento de relações de confiança entre os assentados.

Adicionam-se ainda esperanças não concretizadas, que fizeram com que alguns assentados desacreditassem nas promessas feitas por autoridades e até mesmo por outros assentados. Consequentemente, podem ter resultado em situações marcadas pela falta de união e o fortalecimento de grupos essencialmente formados por familiares que procuram resolver seus problemas internamente.

Tendências pessoais à autonomia são encontradas de maneira relevante, talvez decorrente de um histórico de vida ou de trabalho. No entanto, essa é uma relação complexa que ainda necessita ser profundamente pesquisada.

Apesar das interações entre vizinhos representar o elemento mais relevante para mitigar as necessidades de informação, o seu compartilhamento não condiz com essa expressividade, pois, embora exista um alto índice de disposição a compartilhar, o efetivo compartilhamento ocorre em poucas ocasiões.

Identificou-se um baixo índice de cooperação em atividades agrícolas e em demais ações cooperativas que são executadas com pouca frequência. A confiança é, até certo ponto, limitada a poucas pessoas ou a grupos de pessoas, da mesma forma que a reciprocidade e a cooperação. Nesse contexto, cita-se a influência principalmente da convivência e de relações de longo prazo.

Logo, o compartilhamento de informação e as posturas cooperativas representam uma expressividade restrita. Percebeu-se que a confiança exerce relevante influência sobre as motivações que levam os entrevistados a compartilhar informação. Ainda acrescenta-se que, para que haja o compartilhamento de informação, é necessária a reciprocidade e que para de fato existir a reciprocidade, a confiança é um elemento requerido. Ainda sobre as motivações em se compartilhar, cita-se também o sentimento de pertencimento a uma coletividade, interesses e experiências comuns.

Nesse sentido, Tesche (2007) constata que é necessário fortalecer as relações sociais informais, com base na reciprocidade. Extensionistas rurais, bem como demais mediadores sociais, e também os gestores de políticas públicas precisam refletir a respeito da “importância da reciprocidade no êxito de políticas públicas para a agricultura familiar e nos trabalhos de extensão rural” (TESCHE, 2007, p. 94).

O estímulo a trocas sociais e o fortalecimento de interações são fundamentais à efetividade do compartilhamento de informação, já que a intensidade dos relacionamentos entre as pessoas influencia proporcionalmente o compartilhamento. No entanto, deve-se considerar que essa intensidade é impactada pela confiança.

Cita-se como limitação deste estudo o fato de não ter sido possível entrevistar um número maior de assentados.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2004.
- ALCARÁ, A. R. et al. Fatores que influenciam o compartilhamento de informação e conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n.1, p. 170-191, jan./abr. 2009.
- ALVES, A.; BARBOSA, R. R. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39 n. 2, p. 115-128, mai./ago. 2010.

- AMORIM, F.B.; TOMAÉL, M.I. O uso de sistemas de informação e seus reflexos na cultura organizacional e no compartilhamento de informações. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 74-91, jan./jun. 2011.
- ANDRADE, S. M.; FISCHER, A. L.; STEFANO, S. R. Confiança organizacional e interpessoal como uma dimensão de clima organizacional: Um estudo a partir da percepção dos empregados das organizações que pretendem se destacar pela qualidade do ambiente de trabalho. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 3., 2011, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ENGPR, 2011.
- AROUCK, O. Avaliação de sistemas de informação: revisão da literatura. **TransInformação**, v. 13, n. 1, p. 7-21, jan./jun. 2001.
- BARNARD, C. I. **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas, 1979.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; BLANC-PAMARD, C.; CONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros**: espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.
- CASANOVA, M. B. Information: the major element for change. In: WORMELL, I. (Org.). **Information quality**: definitions and dimensions. London: Taylor Graham, 1990. p. 42-53.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- CHIARA, I. G.; ALCARÁ, A. R.; TOMAÉL, M. I. Tipos de compartilhamento de informação e do conhecimento no ambiente de P&D. **Informação e Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 20, n.2, p. 105-118, maio/ago. 2010.
- CHO, N.; LI, G. Z.; SU, C. An empirical study on the effect of individual factors on knowledge sharing by knowledge type. **Journal of Global Business and Technology**, v. 3, n. 2, p. 1-16, 2007.
- COHEN, D. Towards a knowledge context: report on the first annual U.C. Berkeley Forum on Knowledge and the firm. **California Management Review**, Berkeley, v. 40, n. 3, 1998.
- CURRALL, S. C.; INKPEN, A. C. On the complexity of organizational trust: a multi-level co-evolutionary perspective and guidelines for future research. In: Bachmann, R.; Zaheer, A. (Org.). **Handbook of Trust Research**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2006, p. 135-146.
- DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 6. ed. São Paulo: Futura, 1998.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DE SORDI, J. O. **Administração da informação**: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DYER, J. H.; NOBEOKA, K. Creating and managing a high performance knowledge sharing network: the Toyota case. **Strategic Management Journal**, v. 21, n. 3, p. 345-367, mar. 2000.
- DIXON, N. **Common knowledge**: how companies thrive by sharing what they know. Boston: Harvard Business School Press, 2000.
- FERREIRA, G. C. Redes sociais de informação: uma história e um estudo de caso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n.3, p. 208-231, jul./set.2011.

- FIRETTI, R. et al. Análise de variáveis estratégicas para o desenvolvimento da agropecuária da região do Pontal do Paranapanema. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 50, n. 1, p. 141-156, jan./mar. 2012.
- FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 6, p. 242-264, jul./dez. 2001.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HARDIN, R. Trust in Government. In: BRAITHWAITE, V.; LEVI, M. (Orgs.). **Trust and governance**. v. 1, Series of trust. New York: Russell Sage Foundation, 1998. p. 9-27.
- HIGGINS, S. S. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos, 2005.
- HOLANDA, A.B.; OLIVEIRA, M. C. G.; OLIVEIRA, S. R. Incentivo à cultura: experiências brasileiras de políticas públicas - interesses da área da Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, v.25, n.1, p. 47-53, jan./abr. 2013.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Mapa do Assentamento Amparo**, 2012.
- IPE, M. Knowledge sharing in organizations: a conceptual framework. **Human Resource Development Review**, v. 2, p. 337-359, dez. 2003.
- JESUS, P.; TIRIBA, L. Cooperação. In: CATTANI, A. D. et al. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 80-85. (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, v. 1).
- LACERDA, A. G. D.; MALAGODI, E. Formas de cooperação e reforma agrária. **Raízes**, v. 26, n. 1., p. 93-100, jan./dez. 2007.
- LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. Chaves para o terceiro milênio na era do conhecimento. In: _____. (Orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 7-26.
- LI, S.; LIN, B. Accessing information sharing and information quality in supply chain management. **Decision Support Systems**, v. 42, p. 1641-1656, 2006.
- MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. de O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.
- MCEVILY, B. et al. Can groups be trusted? An experimental study of trust in collective entities. In: Bachmann, R.; Zaheer, A. (Org.). **Handbook of Trust Research**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2006, p. 52-67.
- MONNIER, L.; THIRY, B. Arquitectura y dinámica del interés general. In: MONNIER, L.; THIRY, B. (Orgs.). **Cambios estructurales e interés general**. Madrid: CIRIEC, 1997. p. 13-33.
- NOOTEBOOM, B. Forms, sources and processes of trust. In: BACHMANN, R.; ZAHEER, A. (Org.). **Handbook of Trust Research**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2006. p. 247-263.
- OLETO, R. R. Percepção da qualidade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 57-62, jan./abr. 2006.
- PAIM, I.; NEHMY, R. M. Q.; GUIMARÃES, C. G. Problematização do conceito “qualidade” da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p.111-119, jan./jun. 1996.
- PIORE, M. J. The emergence role of social intermediaries in the new economy. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 72, n. 3, p. 339-350, 2001.

PROCÓPIO, M. L. A cooperação espontânea: relativizando a importância da atividade formal de gestão no funcionamento das organizações. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2006.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROTHSTEIN, B. Trust, Social Dilemmas and and the strategic construction of collective memories. In: REUNIÃO ANUAL DA AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 2000, Washington. **Anais...** Disponível em: http://www.russellsage.org/sites/all/files/u4/Rothstein_Trust,%20Social%20Dilemmas,%20%26%20the%20Strategic%20Construction%20of%20Collective%20Memories.doc. Acesso em: 23 abr. 2013.

ROUSSEAU, D. M. et al. Not so different after all: a cross-discipline view of trust. **Academy of Management Review**, v. 23, p. 393-404, 1998.

SCHWUCHOW, W. Problems in evaluating the quality of information services. In: WORMELL, I. (Org.). **Information quality**: definitions and dimensions. London: Taylor Graham, 1990. p. 69-72.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, Edição Especial 1, p. 84-94, 2007.

SOUSA, M. A. D. Processos educativos e organização de formas cooperativas de produção em Assentamentos Rurais do MST. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 78-100, dez. 2002.

SOUSA, A. J. F. P.; AMARAL, S. A. Impacto do compartilhamento da informação e do conhecimento para o desenvolvimento de inovações em grandes organizações. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, Número Especial, p. 12-26, out. 2012.

SPEKMAN, R. E.; KAMAUFF JÚNIOR, J. W.; MYHR, N. An empirical investigation into supply chain management: a perspective on partnerships. **Supply Chain Management**, v. 3, n.2, p.53-67, 1998.

TERRA, A. **Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã - MS: "O pivô da questão". 2009. 325f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

TESCHE, R.W. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar**: o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS. 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TESCHE, R.W.; MACHADO, J. A. D. A importância da reciprocidade no desempenho socioeconômico da agricultura familiar. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n.36, p.7-37, jul./dez. 2012.

THESEK, C. N. L. Cultura da Cooperação: Uma Abordagem Psicossocial em uma Cooperativa de Trabalho. **Revista Gestão e Tecnologia**, v. 6, n.1, 2006.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, M. A. C. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: VILPOUX, O.F. (Ed.). **Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. Curitiba: Editora CRV, 2011. p. 13-54.

VON KROGH, G.; ICHINO, K; NONAKA, I. **Facilitando a Criação de Conhecimento**: reinventando a empresa com o poder da inovação contínua. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

WANDERLEY, M. D. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 1996.

WILLIAMSON, O. E. **The Mecanismos of Governace**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

WOLF, E. R. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Orgs.). **Antropologia e poder**: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Editora da UnB; Campinas: Editora, 2003. p. 93-114.

Artigo recebido em 24/03/2015 e aceito para publicação em 26/08/2015
